



Fevereiro/2015



**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

**Concurso Público para provimento de cargos de  
Procurador do Ministério Público de Contas**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**PROVA OBJETIVA**  
Primeira Fase

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. NÃO integram a Constituição formal brasileira os comandos expressos
- (A) nas normas isoladas de emendas constitucionais.
  - (B) nos tratados de direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (C) no corpo permanente da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.
  - (D) no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
  - (E) nas súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal.
2. O poder de emenda da Constituição Federal
- (A) pode ensejar alteração da Constituição em relação à matéria constante de proposta de emenda rejeitada, no mesmo ano em que se deu a rejeição.
  - (B) pode ser desencadeado por meio de proposta subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
  - (C) não pode ser exercido durante o estado de sítio, o estado de defesa e as intervenções federais e estaduais.
  - (D) requer a aprovação da proposta de emenda à Constituição em votações, em ambas as casas do Congresso Nacional, em dois turnos, separados por intervalos de 24 horas.
  - (E) não pode alterar o regime constitucional da federação brasileira e a extensão dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados.
3. Considerando a classificação que divide as normas constitucionais quanto à sua eficácia em normas de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada, é exemplo de norma de eficácia contida:
- (A) *o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica* (art. 37, VII).
  - (B) *Cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta* (art. 11 – ADCT).
  - (C) *A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações* (art. 4º, parágrafo único).
  - (D) *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer* (art. 5º, XIII).
  - (E) *Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos* (art. 53, caput).
4. As normas constitucionais sobre a ordem econômica determinam que
- (A) somente mediante concessão ou autorização é possível o aproveitamento de potencial de energia renovável.
  - (B) é vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie, na exploração de gás natural.
  - (C) a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente podem ser desenvolvidas por brasileiros ou por empresas controladas por brasileiros.
  - (D) os potenciais de energia hidráulica constituem, para efeito de aproveitamento, propriedade distinta da do solo.
  - (E) as autorizações ou concessões de lavra são conferidas *intuito personae*, não se admitindo sua cessação ou transferência.
5. Considerando a hipótese de medida provisória editada pelo Governador do Estado, com o objetivo de instituir selo de controle das atividades de cartórios de notas e de registro, essa decretação de urgência
- (A) não poderá sofrer, na tramitação da lei de conversão, emendas que acarretem aumento de despesas.
  - (B) poderá ser revogada por outra medida provisória, caso em que não poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa do parlamento estadual.
  - (C) é inconstitucional, pois cuida de matéria legislativa cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Judiciário.
  - (D) é válida, independentemente de sua previsão na Constituição Estadual, desde que sejam observadas as regras disciplinadoras dessa espécie legislativa na Constituição Federal.
  - (E) somente será válida se houver expressa previsão da espécie legislativa na Constituição Estadual, ainda que em parâmetros distintos daqueles estabelecidos na Constituição Federal.
6. Na ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal,
- I. a concessão da medida cautelar acarreta efeitos ripristinatórios, tornando aplicável *ex nunc* a legislação revogada pelas normas suspensas.
  - II. a declaração de inconstitucionalidade não pode atingir decretos e portarias.
  - III. o indeferimento, pelo relator, de manifestação de órgãos ou entidades representativas para a controvérsia dos autos enseja a formalização de agravo regimental.
  - IV. o julgamento colegiado pode ser questionado por embargos de declaração, em cuja oposição a fazenda pública não se beneficia de prazo em dobro.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) III e IV.



<p>7. <i>É necessário falar da Constituição como uma unidade e conservar, entretanto, um sentido absoluto de Constituição. Ao mesmo tempo, é preciso não desconhecer a relatividade das distintas leis constitucionais. A distinção entre Constituição e lei constitucional só é possível, sem dúvida, por que a essência da Constituição não está contida numa lei ou numa norma. No fundo de toda a normatividade reside uma decisão política do titular do poder constituinte, ou seja, do povo na democracia e do monarca na monarquia autêntica.</i></p> <p>O trecho acima transcrito expressa o conceito de Constituição de</p> <p>(A) Karl Loewenstein, na obra <i>Teoria da Constituição</i>.          (B) Carl Schmitt, na obra <i>Teoria da Constituição</i>.          (C) Konrad Hesse, na obra <i>A força normativa da Constituição</i>.          (D) Peter Häberle, na obra <i>Hermenêutica constitucional</i>.          (E) Ferdinand Lassalle, na obra <i>A essência da Constituição</i>.</p>	<p>11. A arguição de descumprimento de preceito fundamental</p> <p>(A) é o meio processual adequado para se dar interpretação conforme à Constituição a sumulas vinculantes.          (B) pode questionar atos de poder eminentemente políticos, como o veto.          (C) é, via de regra, meio idôneo para impugnar atos regulamentares, que não podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.          (D) pode ser formalizada com o intuito de desconstituir decisões judiciais, desde que não mais possam ser objeto de recurso algum.          (E) pode ser conhecida pelo STF por meio de petição de ação direta de inconstitucionalidade, por força da aplicação do princípio da fungibilidade.</p>
<p>8. Sobre o regime remuneratório dos servidores públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) os reajustes dos vencimentos de servidores públicos estaduais e municipais podem ser vinculados a índices de correção monetária, desde que expressamente indicados em legislação do respectivo ente federado.          (B) os acréscimos pecuniários não serão computados para acréscimos ulteriores, a não ser que as vantagens tenham título e fundamento distintos.          (C) as vantagens pessoais relativas a períodos anteriores ao advento da Emenda Constitucional nº 41 devem ser excluídas do teto remuneratório constitucionalmente estabelecido, ainda que percebidas após a promulgação da Emenda Constitucional nº 19.          (D) sendo permitida sua sindicalização, é lícita a fixação de vencimentos por meio de convenção coletiva.          (E) a concessão de reajustes variados nos vencimentos das diferentes carreiras do quadro de pessoal da Administração satisfaz a exigência constitucional de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.</p>	<p>12. O regime constitucional da previdência social prevê</p> <p>(A) a possibilidade de filiação ao regime geral, como seguro facultativo, de participante de regime próprio de previdência.          (B) que, na previdência privada de caráter complementar, as contribuições do empregador integram, para os fins legais, a remuneração dos participantes.          (C) a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.          (D) o benefício do auxílio-reclusão, em favor de detentos de baixa renda.          (E) a impossibilidade de adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria, com exceção da específica situação dos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde.</p>
<p>9. A seguridade social organizada pelo poder público NÃO tem como objetivo a</p> <p>(A) democratização por meio de gestão tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e governo.          (B) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.          (C) universalidade da cobertura e do atendimento.          (D) irreduzibilidade do valor dos benefícios.          (E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.</p> <p>10. Na doutrina do direito constitucional intertemporal, a possibilidade de normas apenas formalmente constitucionais constantes da constituição pretérita continuarem válidas sob a égide da nova constituição, desprovidas porém de estatura constitucional, é denominada de</p> <p>(A) desafetação constitucional.          (B) redução normativa.          (C) recepção mitigada.          (D) desconstitucionalização.          (E) novação de fontes constitucionais.</p>	<p>13. Considere o regime constitucional de competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>I. O STF julga, em segunda instância, os crimes políticos e o STJ as causas em que forem parte Estados estrangeiros, de um lado, e, do outro, Município.          II. O STJ julga originariamente os conflitos de atribuição entre autoridades judiciária de um Estado e administrativas de outro Estado ou do Distrito Federal.          III. O STF julga originariamente os conflitos competência entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.          IV. Para o conhecimento do conflito de competência pelo STJ, faz-se necessária a efetiva prolação de duas decisões por tribunais distintos ou por juízes a eles vinculados.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.          (B) I e II.          (C) I e IV.          (D) II e IV.          (E) III e IV.</p>



14. Segundo o regime jurídico das ações constitucionais, é correto afirmar que
- (A) permite que se utilize o *habeas data* para obtenção de vista de processos administrativos.
  - (B) o direito a ser resguardado por mandado de injunção somente se evidencia nos casos em que a função de legislar refletir uma obrigação jurídica indeclinável imposta ao poder público.
  - (C) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém estiver submetido as decisões ilegais que impliquem condenação em pena privativa de direitos, privativa de liberdade ou de multa.
  - (D) os substituídos podem ser admitidos como terceiros interessados no mandado de segurança coletivo.
  - (E) aplica-se ao mandado de injunção as regras processuais sobre litisconsórcio, sendo admitida a formação de litisconsórcio passivo entre a autoridade competente para a regulamentação da norma constitucional e particular responsável por seu cumprimento.
15. De acordo com o regime jurídico constitucional dos congressistas,
- (A) as hipóteses de perda de mandato de Deputado ou Senador são definidos na Constituição taxativamente, não se admitindo analogias e extensões jurisprudenciais.
  - (B) a perda do mandato do Deputado ou Senador que, depois de empossado, se mantém como sócio controlador de empresa que goza de favor decorrente de contrato com seu Estado de origem, será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de partido político representado no Congresso Nacional.
  - (C) perderá o mandato o Deputado ou Senador que for nomeado Secretário Municipal de capital de Estado distinto da circunscrição pela qual foi eleito.
  - (D) é constitucionalmente válida a perda de mandato por quebra de decoro imposta a Deputado ou Senador que esteja regularmente licenciado, por atos praticados na constância da licença.
  - (E) a Casa a qual pertence o parlamentar que responde a processo criminal poderá, pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento da ação penal se o crime tiver sido praticado antes da diplomação.
16. Sobre o Ministério Público, é correto afirmar:
- (A) Terá seu orçamento definido por ajustes do Poder Legislativo à lei orçamentária vigente caso não envie, no prazo definido na lei de diretrizes orçamentárias, sua proposta orçamentária.
  - (B) Tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança coletivo na defesa de interesses transindividuais.
  - (C) É competente para promover ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos, tais como os relacionados a interesses ambientais, urbanísticos e tributários.
  - (D) Pode, ante a omissão ou a insuficiência dos órgãos originariamente competentes, atuar na representação judicial de entidades públicas.
  - (E) Pode ter suas funções constitucionais acrescidas de outras competências fixadas em lei ordinária.
17. Sobre o regime constitucional de responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que
- (A) instaurado o processo por crime comum contra o Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Câmara dos Deputados que, por voto de dois terços de seus membros poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
  - (B) durante o exercício do mandato o Presidente da República somente poderá ser responsabilizado por atos relacionados ao exercício de suas funções.
  - (C) a condenação do Presidente da República por crime de responsabilidade consiste em perda do cargo com suspensão dos direitos políticos por 8 (oito) anos.
  - (D) considerando a gravidade do crime, bem como a necessidade de garantir a aplicação da lei penal, o Presidente da República poderá ser conduzido à prisão, estando suspenso de suas funções.
  - (E) nos crimes de responsabilidade, recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente ficará suspenso de suas funções.
- Direito Administrativo**
18. Sabe-se que os princípios que regem a Administração pública são expressos ou implícitos, não havendo distinção hierárquica entre eles. A aplicação individualizada desses princípios pode levar à prevalência de um sobre outros. Também é possível experimentar situações que aparentam mitigação da força dos princípios, quando, na verdade, constituem mera interpretação para fins de aplicação, configurando regular observância de seu conteúdo, do que é exemplo,
- (A) o estabelecimento de distinção em função de sexo para participação em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições guardem pertinência com as exigências e restrições objetivas feitas no edital.
  - (B) a inversão da ordem de nomeação entre os aprovados em concurso público diante de análise comparativa entre a qualificação técnica dos classificados.
  - (C) a possibilidade de preterição de norma legal expressa diante de solução mais efetiva tirada da interpretação do princípio da moralidade.
  - (D) a prevalência do princípio da eficiência diante do princípio da impessoalidade, preterindo-se a escolha objetiva pela análise de qualificação técnica.
  - (E) a preterição de norma legal expressa vigente, diante de entendimento mais favorável extraído da exegese de princípio constitucional ou legal.



19. Sabe-se que a Administração pública tem a prerrogativa de rever seus próprios atos quando eivados de vícios. Lhe é autorizado, ainda, rever seus atos sob o prisma da conveniência e oportunidade, o que é balizado por limites. Nesse sentido,
- (A) a anulação do ato administrativo discricionário demanda demonstração de vantajosidade, não de mera conveniência e oportunidade atrelados a interesse público em sentido amplo, na medida em que é da sua natureza que existam opções para a Administração escolher.
- (B) a anulação dos atos administrativos demanda a instauração de processo administrativo para comprovação da reversibilidade dos efeitos já produzidos, enquanto que a revogação prescinde dessa formalização, na medida em que reside no campo da discricionariedade.
- (C) os atos administrativos discricionários podem ser anulados quando sobrevier fato novo que demonstre ser essa a conduta mais benéfica ao interesse público.
- (D) se o ato administrativo que se pretende revogar já tiver produzido seus efeitos, é necessária medida judicial para desfazimento.
- (E) a edição de determinado ato poderia ensejar limite ao poder de revogação, mas caso os direitos que dele decorreriam sejam passíveis de conversão em indenização, ficaria superado o impedimento.
20. Existência, validade e eficácia do ato administrativo são conceitos correlatos, porém distintos. Esses aspectos interagem e se relacionam na análise casuística dos atos administrativos, sendo, contudo, correto afirmar que a
- (A) edição de um ato administrativo apócrifo o predica como inválido, mas pode produzir efeitos jurídicos caso se demonstre que havia firme propósito em praticá-lo.
- (B) eficácia não é relevante para fins de análise da estrutura do ato administrativo, tendo em vista que a análise da produção de efeitos é prescindível para exame dos direitos que decorrem para os administrados.
- (C) validade do ato jurídico pode ser aferida no momento de seu aperfeiçoamento, ou seja, quando é produzido, muito embora alterações normativas posteriores convidem a sucessivas reanálises sobre a validade dos atos cuja produção de efeitos se perpetua no tempo.
- (D) existência é pressuposto dos demais aspectos, na medida em que é ela que atesta a conformidade do ato ao ordenamento jurídico em vigor.
- (E) eficácia precede o exame de validade, posto que somente pode ser válido o ato que está apto a produzir efeitos.
21. Quando determinada pessoa política cria uma autarquia para desempenho de parcela de suas funções, além de ampliar o espectro da Administração indireta,
- (A) introduz na Administração um ente autônomo, com capacidade de auto-organização, embora a lei que o cria não possa lhe transferir competências próprias da Administração direta.
- (B) propicia, fundamentalmente, o estabelecimento de um ente financeiramente autônomo, ao qual deve atribuir competências e prerrogativas para permitir a arrecadação de receitas próprias, na medida em que fica vedada a transferência de recursos da Administração direta.
- (C) permite o surgimento de um ente com estrutura administrativa distinta e com meios autônomos de provimento de seus cargos, em especial de direção, independentes da Administração direta, com a qual mantém vínculo apenas orçamentário.
- (D) trilha o caminho da desconcentração de poder, compartilhando competências, soberania, autonomia e responsabilidades.
- (E) direciona sua organização administrativa com intuito de descentralização, permitindo o surgimento de um ente com estrutura administrativa distinta, embora não se possa tratar propriamente de uma pessoa jurídica soberana e independente.
22. O desempenho das atividades estatais deixou de ser exclusividade da Administração há lapso temporal bastante considerável. Na evolução social do movimento de descentralização experimentado pela Administração pública surgiram entidades privadas para o desempenho de atividades estatais, com ênfase na área social, da saúde e da cultura. Essas entidades
- (A) podem se constituir sob formas jurídicas de direito privado, seja fundação, seja associação civil, submetendo-se aos instrumentos de controle e fiscalização por parte da Administração pública, cuja intensidade se amplia diante do regular recebimento de benefícios estatais e subsídios econômicos.
- (B) constituem-se, primordialmente, sob a forma de organização social, pessoa jurídica de direito privado que celebra contrato de gestão com o Estado para dispor sobre os limites de sua atuação e desempenho de suas atividades, inclusive aquelas de natureza econômica.
- (C) não integram a Administração direta nem indireta, e seu centro de controle e gestão são dissociados e independentes da estrutura estatal, aplicando-lhes o regime eminentemente privado, o que afasta os mecanismos de controle e os instrumentos para fiscalização do desempenho das atividades.
- (D) não são criadas pela Administração, nem são geridas por servidores designados por aquela, de modo que lhes é vedado receber qualquer tipo de subsídio econômico ou outorga de uso de bens públicos.
- (E) constituem-se sob formas jurídicas de direito privado, porém caso recebam benefícios financeiros ou materiais da Administração pública, passam a se submeter ao princípio da obrigatoriedade de licitação para suas contratações, tal qual as empresas estatais.



23. O termo concessão pode ser empregado para definir alguns institutos jurídicos. A qualificação que se atribuir ao termo induz a consequências e aplicações diversas. No que se refere à concessão de serviço público e à concessão de uso, sabe-se que a concessão de
- (A) uso tem natureza contratual, assim como a concessão de serviço público, sendo que a necessidade de licitação está diretamente ligada à onerosidade, ou seja, à possibilidade de remuneração do Poder Público pelo concessionário.
  - (B) serviço público quando regida pela Lei nº 8.987/1995 tem natureza contratual, enquanto que a concessão de uso pode ter natureza de ato administrativo, a depender da modalidade de bem público sobre o qual incide sua outorga.
  - (C) serviço público, tanto quanto a concessão de uso, têm natureza contratual, mas somente a primeira depende de licitação para sua outorga.
  - (D) serviço público, regida pela Lei nº 8.987/1995, remunera-se, via de regra, por meio da cobrança, pelo concessionário, de tarifa do usuário, enquanto que a concessão de uso de bem público pode ensejar a cobrança de preço público do concessionário.
  - (E) uso é modalidade da concessão de serviço público, pois pode ser outorgada somente na fase de exploração da infraestrutura instalada pelo concessionário.
24. Um contrato de concessão de serviço público regido pela Lei nº 8.987/1995 e licitado com base na Lei nº 8.666/1993 é predicado pela característica da mutabilidade do regime, na medida em que as condições da execução do objeto podem demandar alteração, para fins de adaptação a novo cenário fático. Assim, a prestação de serviço metroviário por meio de concessão de serviço público pode se alterar, como, por exemplo, diante de uma migração significativa de passageiros de outras linhas para aquela objeto da avença, representando imprevisto incremento das receitas tarifárias. A consequência pode ser
- (A) o aditamento do contrato para redução da tarifa, por meio de alteração unilateral por parte do poder concedente, independentemente de oitiva da concessionária, em face da urgência e da essencialidade do serviço.
  - (B) a redução, de ofício, do prazo contratual, ajustando-se a taxa interna de retorno do contrato à performance efetiva da concessionária.
  - (C) a rescisão do contrato, por meio de encampação, independentemente de indenização, licitando-se nova prestação do serviço com a expectativa de demanda atualizada.
  - (D) a decretação de caducidade, indenizando-se a concessionária pelos investimentos não amortizados, abrindo-se novo procedimento de licitação para definição de tarifa mais módica.
  - (E) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do poder concedente, ensejando a redução da tarifa cobrada do usuário final do serviço, tendo em vista a imprevisibilidade e excepcional incremento de receitas ao qual a concessionária não deu causa.
25. Uma concessionária de serviço público de transporte continuou prestando o serviço por 6 (seis) meses após o término do prazo de vigência contratual, a pedido informal do Município concedente, para que houvesse tempo hábil para finalizar o procedimento licitatório em curso para nova contratação com mesmo objeto, evitando, ainda, prejuízo aos usuários. Esse período de execução de serviços sem cobertura contratual,
- (A) ensejará aditamento ao contrato originalmente celebrado para que se autorize o pagamento por indenização sem cobertura contratual.
  - (B) poderá ser objeto de pagamento por indenização, para fins de ressarcimento pelos serviços executados, considerando que a concessionária não tenha dado causa a essa nulidade.
  - (C) deverá ser compensado financeiramente por meio de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista que inexistente previsão legal para pagamento, pela Administração, de serviços prestados sem cobertura contratual.
  - (D) será considerado termo inicial da prorrogação do contrato, independentemente de previsão na avença, salvo se as condições da proposta vencedora da licitação em curso forem mais vantajosas.
  - (E) poderá ser considerado termo inicial de nova avença entre o Município concedente e a concessionária, à qual se sub-rogará o vencedor da proposta mais vantajosa do certame em andamento.
26. A Administração pública estadual sediará importante encontro internacional com viés econômico entre os países que compõem determinado grupo. O número de representantes será grande e a projeção que se dará ao evento será bastante relevante, com ampla repercussão internacional. Na agenda dos trabalhos há eventos sociais de integração entre os diversos representantes, o que demanda disponibilização de espaço compatível e fornecimento de alimentação e bebida, agregados com serviços correlatos. Em face dos países que integram o grupo serem, em sua maioria, do chamado Velho Mundo, o administrador local preocupou-se com a avaliação internacional das bebidas alcoólicas que seriam servidas no evento. Licitou, assim, a compra de 120 (cento e vinte) garrafas de vinhos de primeira linha, com especificações de produção e armazenamento próprios de vinícolas com produção limitada, saindo-se vencedora no certame a proposta de menor preço, da ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a garrafa. Partindo das premissas postas na descrição do caso, diante do questionamento da compra, uma possível solução será a
- (A) irregularidade do certame, em razão da imposição de especificações técnicas, tendo em vista que esse tipo de discrimen não é compatível com o critério de julgamento de menor preço.
  - (B) recomendação para abrandamento do rigor das especificações técnicas para futuras aquisições, ainda que se tenha entendido pela validade da aquisição.
  - (C) regularidade da licitação e da aquisição, tendo em vista que, sob o ponto de vista formal, a compra seguiu estritamente o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, não sendo possível controle de economicidade.
  - (D) irregularidade da licitação, por patente ofensa ao princípio da moralidade, uma vez que não havia pertinência e proporcionalidade entre as exigências do administrador, a motivação da compra e os fins que pretendia atingir.
  - (E) nulidade da licitação, tendo em vista ser expressamente vedada a aquisição de bebidas alcoólicas pela Administração pública.



27. Integra o programa de governo de determinado Estado da Federação o desenvolvimento e ampliação da malha rodoviária. Os estudos iniciais realizados pelos técnicos do governo indicaram que as condições do mercado não eram as mais favoráveis para lançar um projeto que demandasse grandes investimentos por parte das empresas privadas do setor. Programou, assim, o Poder Público que poderia ser necessário dispor de 1,5 bilhão de reais para a fase de implantação. Considerando que o usuário remunerará diretamente os serviços ao seu prestador, a modelagem do projeto poderá se dar por meio do lançamento de uma concessão
- (A) comum, regida pela Lei nº 8987/1995, caso seja possível equacionar a taxa de retorno da concessionária somente com a cobrança de tarifa do usuário do serviço, afastando-se a necessidade de aporte por parte do poder concedente como originalmente cogitado.
  - (B) de serviço público precedida de obra pública, regida pela Lei nº 8.987/1995, acatando-se a imposição de aporte por parte do poder concedente, adicionalmente à tarifa cobrada diretamente do usuário.
  - (C) patrocinada, estruturada com a cobrança de tarifa do usuário do serviço, acrescida de contra-prestação mensal e pagamento de aporte desde o início da fase de implantação para complementar o custo de operação dos serviços.
  - (D) administrativa, permitida a cobrança de tarifa diretamente do usuário e mantida a imposição de contra-prestação a ser paga pelo poder concedente, sem prejuízo do aporte financeiro estipulado para a fase de implantação.
  - (E) administrativa para prestação dos serviços, fixando-se contraprestação como remuneração adicional à tarifa pela execução do objeto do contrato, ficando as obras de implantação da infraestrutura sob prévia responsabilidade do poder público.
28. Pressionado pelos servidores que compõem o quadro de determinada empresa pública, a diretoria autorizou a realização de concurso público para contratação de engenheiros e advogados. Findo o concurso, foram aprovados 18 (dezoito) advogados e 25 (vinte e cinco) engenheiros. A diretoria deliberou, então, como expressão de melhor gerenciamento dos recursos orçamentário-financeiros, por aguardar 12 (doze) meses para a nomeação dos aprovados, ciente de que essa nomeação estaria dentro do prazo de validade do concurso. Durante esse prazo de 12 (doze) meses, entendeu que as funções dos futuros servidores poderiam ser supridas pelo preenchimento dos cargos em comissão existentes, inclusive e em especial pelos candidatos aprovados no concurso. A decisão da Administração pública, considerando precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) é nula, tendo em vista que a aprovação final no concurso enseja automática adjudicação do objeto aos aprovados e nomeação para os cargos vagos, mitigando qualquer limitação legal para tanto.
  - (B) será válida caso os aprovados no concurso público tenham equivalência salarial com os vencimentos previstos para os cargos efetivos cujo preenchimento era objeto do certame.
  - (C) é passível de questionamento e controle, pois a atuação da Administração pública convolaria a expectativa de nomeação por parte dos candidatos em direito subjetivo, na medida em que as funções a serem desempenhadas seriam as mesmas que motivaram a realização do concurso público.
  - (D) é regular e válida, porque inserida em juízo discricionário da Administração pública, desde que seja dada preferência para os aprovados no concurso quando da nomeação para os cargos em comissão.
  - (E) pode ser questionada somente após o decurso do prazo de 12 (doze) meses imposto pela própria Administração, tendo em vista que a discricionariedade afasta a possibilidade de controle judicial ou administrativo.
29. A Administração pública federal é titular do serviço público de energia elétrica, pretendendo transferir a produção dos recursos energéticos à sociedade de economia mista que integra a Administração indireta. A estruturação do modelo foi submetida ao órgão jurídico competente, que sinalizou pela inviabilidade da transferência direta, aduzindo a necessidade de licitação, sob pena de caracterizar concorrência desleal, uma vez que a empresa em questão submete-se ao regime típico das empresas privadas. A orientação jurídica lançada nos autos do processo administrativo
- (A) é legal e procedente, tendo em vista que é requisito de validade para lavratura de contrato de permissão ou concessão de serviço público a submissão à prévio procedimento licitatório, com vistas a dar cumprimento ao princípio da igualdade e da livre concorrência.
  - (B) procede, uma vez que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, para prestação de serviços públicos de titularidade do ente que as criou, submetem-se ao regime jurídico privado e às regras de livre iniciativa e livre concorrência, além de deverem observar a obrigatoriedade de licitação.
  - (C) é condizente com as normas constitucionais e legais, na medida em que a contratação direta pretendida somente poderia ter lugar caso incidisse hipótese de inexigibilidade de licitação, privilegiando a livre concorrência.
  - (D) não procede, na medida em que a estruturação pretendida pela Administração pública constituiu hipótese de descentralização de competências, o que afasta a incidência do regime licitatório, constituindo, em verdade, delegação de serviço público.
  - (E) não procede, tendo em vista que é possível formalizar procedimento de inexigibilidade de licitação para celebração de contrato de concessão de serviço público, desde que a empresa contratada seja a única na estrutura da Administração indireta autorizada por seu estatuto social a desempenhar tal atividade.
30. A criação de um consórcio público demanda uma série de atos e providências a serem adotadas nas esferas de diversos entes consorciados, constituindo uma associação de diferentes entes políticos. Diante da disciplina normativa e das hipóteses de aplicação da figura jurídica, considere:
- I. A criação de um consórcio público é condizente com situações em que uma estrutura organizacional própria e a transferência de competências para o ente sejam necessárias para concretização da finalidade pretendida, não sendo suficientes a divisão de tarefas e os trespasses de recursos financeiros entre os entes estatais interessados.
  - II. É necessária a edição de uma lei na esfera do ente consorciado hierarquicamente mais abrangente, cabendo aos demais entes políticos envolvidos a edição de decretos regulamentares prevendo as atribuições da nova pessoa jurídica.
  - III. O consórcio público excede os limites do convênio, este que não enseja a instituição de um ente autônomo, capaz de titularizar patrimônio próprio, embora possibilite a transferência de competências constitucionais, inclusive os poderes para desapropriar bens de particulares.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) III.



31. Marçal Justen Filho explica: “O regime de direito público caracteriza-se pela criação de órgãos e funções na esfera pública, a quem é atribuída a titularidade dos bens vinculados à realização de valores essenciais, assim como a competência para promover a satisfação dos interesses indisponíveis.” De acordo com Justen Filho, a atuação da Administração pública
- (A) encontra fundamento no poder normativo originário exercido pelo Poder Executivo para criação de órgãos e cargos públicos.
- (B) está restrita aos interesses indisponíveis, não havendo manejo de direitos patrimoniais disponíveis no exercício da função pública.
- (C) pressupõe um conjunto de direitos e deveres titularizados pelos ocupantes de cargo, emprego ou função pública, aos quais se sobrepõe o poder de polícia, cuja abrangência inclui o poder normativo originário.
- (D) não obstante dotada de prerrogativas para atingimento de suas finalidades e promoção do interesse público, está lastreada num conjunto de normas que conferem poderes-deveres ao administrador, para cujo exercício socorrem os princípios constitucionais administrativos.
- (E) a titularização dos bens para o exercício das funções administrativas acarreta a aplicação do regime jurídico de direito privado, tendo em vista que a disciplina fundamental dos bens públicos encontra-se no Código Civil.
32. Durante o curso de uma ação de execução de título extrajudicial ajuizada por uma empresa particular em face de uma sociedade de economia mista, foi identificado um terreno localizado às margens de uma rodovia, pertencente à estatal e desocupado de pessoas, construções e coisas. A empresa credora requereu a penhora do bem para garantia do crédito, com intenção de levar o bem à hasta pública caso perdesse a inadimplência da estatal. O requerimento
- (A) pode ser deferido, porque se trata de bem de natureza privada e presume-se desafetado, porque desocupado, facultado à empresa estatal a comprovação de eventual afetação do bem à prestação de serviço público para pleitear a suposta impenhorabilidade.
- (B) não pode ser penhorado, em razão do domínio pertencer à empresa estatal, mas pode ser adjudicado pelo credor, mantida eventual afetação à prestação de serviço público.
- (C) não pode ser deferido, tendo em vista que os bens imóveis que compõem o patrimônio das empresas estatais são protegidos pelo regime jurídico de direito público, sendo, portanto, impenhoráveis.
- (D) pode ser deferido apenas para fins de garantia do crédito, decidindo-se pela penhora e bloqueio do bem, vedada, no entanto, a alienação judicial do imóvel.
- (E) não pode ser deferido porque todos os bens das estatais são tacitamente afetados à prestação de serviço público, cuja essencialidade impede a disposição judicial do imóvel.
33. Um Chefe do Executivo municipal celebrou convênio com o Estado do qual faz parte para receber recursos destinados a programa esportivo para jovens carentes apresentado por entidade sem fins lucrativos e com notória especialização no tema. Celebrado o convênio e recebidos os recursos, entendeu o Prefeito por direcionar os recursos recebidos para outro programa de interesse da população, de recuperação de dependentes químicos, cuja urgência foi caracterizada por fato superveniente, qual seja, o fechamento da única clínica particular que oferecia esses serviços. Independentemente da análise de regularidade e da prestação de contas do convênio, o Ministério Público local intentou ação de improbidade, capitulada no artigo 11, da Lei nº 8.429/1999. A ação proposta
- (A) deverá ser sobrestada até o término da prestação de contas do convênio, na medida em que somente a apuração de responsabilidade na esfera administrativa autoriza a imposição de penalidade para ato de improbidade.
- (B) dependerá, para sua procedência, da demonstração de dolo na atuação do Prefeito, conforme orientação jurisprudencial na esfera do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) somente prosperará se restar comprovado o prejuízo financeiro aos cofres municipais ou estaduais, na medida em que foi dada outra finalidade para os recursos vinculados ao convênio.
- (D) dependerá da comprovação de culpa por parte do Prefeito, bem como da demonstração de que não haveria dotação orçamentária própria para fazer frente à nova urgência evidenciada como de interesse público.
- (E) não prosperará, tendo em vista o princípio da fungibilidade que rege os convênios celebrados entre os entes públicos, que admite o manejo dos recursos para outros programas e projetos de interesse público, desde que observada a regra de competência.
34. Durante a tramitação de processo administrativo disciplinar para apuração de ilícito administrativo supostamente cometido por um servidor, foi proferida decisão desfavorável àquele. Transcorrido o prazo para recurso, o servidor não interpôs a peça. Foi então certificado o trancurso do prazo e o processo foi encaminhado para cumprimento da decisão. A certidão lançada no processo administrativo
- (A) tanto pode ser qualificada como prescrição, quanto como decadência, tendo em vista que no âmbito administrativo pouco diferem, na medida em que ambos impedem o questionamento judicial da decisão.
- (B) não é relevante para fins funcionais, tendo em vista que os processos disciplinares exigem a observância do recurso *ex officio* em defesa do administrado.
- (C) reconhece, na verdade, preclusão administrativa, que não se estende à esfera judicial, na qual ainda pode ser questionada a decisão administrativa.
- (D) consubstancia-se, em verdade, em decadência do direito de questionar a decisão, tanto no âmbito administrativo, quando no âmbito judicial, para o qual se estende.
- (E) configura materialização da prescrição administrativa, impedindo o questionamento judicial da decisão, na medida em que houve a opção de não recorrer.





<p>35. Constitui correspondência válida entre os poderes ou prerrogativas da Administração e exemplos de expressão dessa atuação pela Administração pública,</p> <p>(A) decisão proferida em processo disciplinar que instituiu a sanção aplicada ao funcionário público, como expressão do poder normativo originário, visto que nem todas as condutas estão tipificadas em sua integralidade na legislação pertinente.</p> <p>(B) lavratura de auto de infração e imposição de multa contra estabelecimento comercial que desatende as normas sanitárias, como expressão do poder normativo originário e do poder de polícia, visto que nem todas as hipóteses que autorizam a atuação da Administração estão previstas na legislação pertinente.</p> <p>(C) edição do ato que concede aposentadoria por tempo de serviço, requerida por servidor com fundamento em tempo de serviço, como expressão de competência vinculada e da relação de hierarquia.</p> <p>(D) decisão proferida em processo disciplinar movido contra funcionário público, como expressão do poder disciplinar originário, visto que abrange, além do reconhecimento do ilícito, o estabelecimento de sanção apropriada para o caso, diante de ausência de precisão legal.</p> <p>(E) edição do ato que concede aposentadoria voluntária ao servidor estável, como expressão do poder normativo regulamentar da Administração, visto que se limita a cumprir expressa disposição de norma constitucional.</p>	<p>38. Compete ao Tribunal de Contas, no âmbito de suas atribuições, verificar a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde de cada ente da federação sob sua jurisdição. São considerados como tais ações e serviços</p> <p>(A) o saneamento básico de áreas quilombolas e os pagamentos de proventos de aposentadoria de servidores da saúde.</p> <p>(B) o pagamento dos encargos sociais relacionados ao pessoal da área da saúde e a operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.</p> <p>(C) os programas de controle de qualidade no SUS e a assistência social a familiares de pacientes.</p> <p>(D) o investimento na rede física do SUS e a merenda escolar e outros programas de alimentação executados em unidades do SUS, ainda que para fins não terapêuticos.</p> <p>(E) a preservação e correção do meio ambiente realizada por órgão ambiental da unidade federada e a construção de estabelecimentos públicos de saúde.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Controle Externo</b></p> <p>36. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás NÃO compete</p> <p>(A) representar ao poder competente sobre irregularidades e abusos apurados.</p> <p>(B) fiscalizar as contas de empresas interestaduais, de cujo capital social o Estado participe direta ou indiretamente.</p> <p>(C) registrar previamente os contratos celebrados pelo Estado.</p> <p>(D) julgar as contas do Tribunal de Contas dos Municípios.</p> <p>(E) acompanhar, por seu representante, a realização de concursos públicos na administração direta.</p>	<p>39. Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB</p> <p>(A) podem ter sua utilização submetida ao controle social de câmaras específicas do Conselho Municipal de Educação.</p> <p>(B) são empregados para saldar as despesas da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.</p> <p>(C) podem ser aplicados na subvenção de entidades públicas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.</p> <p>(D) financiam ações que, no plano estadual, são fiscalizadas pelos conselhos estaduais de educação.</p> <p>(E) devem ser empregados em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, ficando desvinculadas de tais fins os ganhos financeiros sobre eles auferidos.</p>
<p>37. Os Tribunais de Contas</p> <p>I. podem determinar a quebra de sigilo bancário com o intuito de instruir o julgamento de contas.</p> <p>II. não têm competência convocar advogado público para prestar esclarecimentos sobre parecer exarado em processo licitatório.</p> <p>III. atuam de forma abusiva ao responsabilizar parecerista, salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetido às instâncias administrativas ou jurisdicionais próprias.</p> <p>IV. têm suas contas submetidas ao controle do Poder Legislativo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>40. A inelegibilidade decorrente das atividades de controle externo</p> <p>(A) pode decorrer de decisão do Tribunal de Contas julgando as contas de Prefeito municipal anualmente prestadas em relação à execução orçamentária.</p> <p>(B) afasta o gestor condenado das eleições que ocorrerem nos 8 (oito) anos subsequentes à data do pleito em que foi eleito.</p> <p>(C) somente se materializa diante de irregularidade insanável, assim aferida pelo Tribunal de Contas competente.</p> <p>(D) somente incide se as irregularidades apuradas configurarem ato doloso de improbidade, tal como avaliado pela Justiça Eleitoral.</p> <p>(E) é verificada após decisão colegiada do órgão competente para o julgamento de contas.</p>



41. Segundo o regime constitucional do controle fiscal, financeiro e orçamentário
- I. é possível às constituições estaduais a atribuição, às Assembleias Legislativas, da competência para sustar processos licitatórios.
  - II. os Estados não têm legitimidade para promover execução judicial para cobrança de multa imposta por tribunal de contas estadual à autoridade municipal.
  - III. é de competência do TCU a fiscalização dos recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties decorrentes da extração de petróleo, gás natural e xisto.
  - IV. admite-se que os Tribunais de Contas apurem desvio de finalidade em atos administrativos de nomeação para cargo em comissão, caracterizado o nepotismo cruzado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) II e IV.
  - (C) I e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) III e IV.
42. A concessão de serviço público é modalidade de delegação operada pelo Poder Concedente diante de motivação técnica e discricionária. A prestação do serviço público, não afasta a possibilidade de controle por parte do Poder Concedente, o que se expressa em vários graus e medidas. É considerada forma ou mecanismo de controle facultado ao Poder Concedente a
- (A) encampação, medida instrumental e temporária que se destina a sanar as inadequações da prestação de serviços sob responsabilidade da concessionária por meio de parcial requisição do controle da empresa, restituindo-o findo o prazo para retomada da gestão com eficiência.
  - (B) encampação, que se presta à assunção do capital da concessionária, para que possa ser alterado o destino da atuação daquela empresa, corrigindo as imperfeições e inadequações da prestação de serviços, que volta a ser prestado pelo Poder Concedente em regime de execução direta.
  - (C) intervenção, que enseja a assunção definitiva do controle da concessionária pelo Poder Concedente, inviabilizando a extinção do contrato, mas permitindo que o princípio da continuidade do serviço público seja observado.
  - (D) intervenção, medida temporária e instrumental que permite ao Poder Concedente, diante da inadequação ou interrupção da prestação de serviços, assumir uma parcela do controle da concessionária e promover a continuidade do serviço público.
  - (E) intervenção, ato discricionário passível de ser editado pelo Poder Concedente diante de razões supervenientes de interesse público que recomendem melhor solução técnica ou financeira para a prestação do serviço.
43. Considerando que uma empresa estatal, uma autarquia e um fundação, todas da esfera administrativa estadual, firmaram consórcio administrativo para estabelecer as respectivas atribuições em programa sócio-educativo que previa reinserção de jovens carentes no mercado de trabalho,
- (A) o controle externo limita-se ao Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, tendo em vista que inexistente isenção no âmbito do ente federativo para promover um imparcial acompanhamento do objeto e execução do consórcio.
  - (B) admite-se pleno controle do objeto e execução do consórcio por parte da Administração pública central, inclusive sobre aspectos e atuação discricionária, em razão da relação hierárquica existente entre todos os entes.
  - (C) fica afastado o controle externo sobre o referido instrumento, seja em razão de sua natureza, seja em razão da convergência de interesses objeto do consórcio estar restrita à mesma esfera federativa.
  - (D) o controle interno é exercido pelo Chefe do Executivo do ente federado, mas o controle externo fica afastado até que seja constituído consórcio público.
  - (E) as atividades desempenhadas pelos entes remanescem sujeitas à controle externo e interno, passível de serem aplicadas a esse tipo de instrumento as normas de controle dos convênios, que também são ajustes que tratam de objetivos convergentes entre os partícipes.
44. A Secretaria de Saúde iniciou procedimento licitatório para contratação de obras de construção de 3 (três) unidades ambulatoriais. O administrador verificou que não haveria tempo hábil para concluir a licitação antes do fim do exercício financeiro. Como havia recursos orçamentários no corrente exercício para dar lastro à contratação, o administrador não queria abrir mão de utilizá-los. Inscreveu, assim, a despesa em restos a pagar, com base no valor máximo previsto para a licitação. Essa medida é passível de
- (A) controle interno do Executivo, o que não exclui o controle promovido pelo Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, que também abrange o controle do atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
  - (B) ser sindicada apenas no âmbito do controle interno do Executivo e pelo Ministério Público, tendo em vista que não se trata de alienação de ativos ou extrapolamento do limite de despesas com pessoal.
  - (C) controle judicial apenas por iniciativa do Ministério Público, tendo em vista que se trata de aspecto orçamentário, não apenas financeiro.
  - (D) questionamento no âmbito do controle externo do Poder Executivo, sem prejuízo do controle interno realizado pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.
  - (E) ser retificada no âmbito do Poder Executivo, como expressão do controle interno hierárquico, que demanda submissão à Administração Central das decisões dos órgãos internos em todas as contratações de obras, em razão do vulto orçamentário-financeiro.



45. A Administração pública de determinado Município de Goiás promoveu uma licitação para desassoreamento do leito de rio, de modo a evitar o transbordamento no período de chuvas, bem como para fins de possibilitar futuro projeto para torná-lo navegável. O projeto que instruiu a licitação foi elaborado pelo setor técnico competente, com base em estudos e levantamentos promovidos. Durante a execução dos trabalhos teve início outra gestão de governo, sendo que o novo titular da pasta responsável pela contratação encomendou novo estudo e apurou que haveria técnica e solução que produziria melhor resultado que a escolha feita pela Administração anterior, ainda que com custo relativamente mais alto. Com base nesses elementos e considerando o controle exercido sobre os atos da Administração pública,
- (A) a nova gestão deve requerer ao Tribunal de Contas a rescisão do contrato firmado, em razão da existência de vício de legalidade, não cabendo, contudo, ressarcimento dos valores pagos, pois houve efetiva execução do objeto.
- (B) o Ministério público pode ajuizar ação civil pública para sustação de pagamentos, responsabilização dos administradores e ressarcimento do valor do contrato, cuja rescisão deve ser requerida ao Judiciário, vedado pagamento ao contratado pela parcela do objeto já executada, em razão da inconveniência da opção anterior.
- (C) o Tribunal de Contas pode, diante da ilegalidade ocorrida, sustar os pagamentos e determinar a instauração de processo disciplinar contra os antigos dirigentes, requerendo ao Judiciário a suspensão do contrato firmado.
- (D) a nova gestão pode interromper a execução do contrato e responsabilizar os administradores anteriores pela escolha do método de desassoreamento, não cabendo, contudo, indenização para a contratada pela parte do objeto já executada.
- (E) não há fundamento para questionamento da opção feita pelos administradores à época da abertura da licitação, tendo em vista que a competência discricionária foi regularmente exercida, com motivação demonstrada e lastro técnico.

### Direito Financeiro e Tributário

#### Siglas Utilizadas:

ICMS: Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

IPI: Imposto sobre produtos industrializados

IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículos automotores

ISS ou ISSQN: Imposto sobre serviços de qualquer natureza

ITCMD ou ITCD ou ICD: Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação

ITR: Imposto sobre propriedade territorial rural

46. Em conformidade com a atribuição de competência tributária feita pela Constituição Federal, a tributação
- (A) das prestações de serviço de comunicação está no campo de incidência do ISS.
- (B) da transmissão de uma propriedade territorial rural por doação está no campo de incidência do ITR.
- (C) das prestações de serviço de transporte intramunicipal está no campo de incidência do ISS.
- (D) da transmissão onerosa de veículo automotor, entre irmãos domiciliados na mesma unidade federada, está no campo de incidência do IPVA.
- (E) da transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, está no campo de incidência do ITCMD.

47. De acordo com a Constituição Federal, é VEDADO à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
- I. Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- II. Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- III. Cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- IV. Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- V. Cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

As vedações citadas acima correspondem, correta e respectivamente, aos denominados princípios da

- (A) intributabilidade mútua; anterioridade; legalidade; trimestralidade; imediatibilidade.
- (B) anterioridade nonagesimal ou noventena; imunidade recíproca; legalidade; inexigibilidade tributária; trimestralidade.
- (C) anterioridade; imunidade recíproca; imediatibilidade; legalidade; trimestralidade.
- (D) irretroatividade; imunidade recíproca; anterioridade; legalidade; anterioridade nonagesimal ou noventena.
- (E) trimestralidade; intributabilidade mútua; anterioridade; inexigibilidade tributária; anterioridade nonagesimal ou noventena.

48. Considere as seguintes situações:
- I. Definição da base de cálculo de taxa de poder de polícia.
- II. Fixação das alíquotas máximas e mínimas do ISSQN.
- III. Aumento da alíquota do IPI, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei.
- IV. Estabelecimento das alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- V. Definição de contribuinte de imposto.

Com base no que dispõem a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, as situações acima descritas podem ser criadas, correta e respectivamente, por meio de

- (A) decreto; resolução do Senado Federal; lei ordinária; decreto; lei ordinária.
- (B) lei complementar; lei complementar; resolução do Senado Federal; resolução do Senado Federal; lei complementar.
- (C) lei ordinária; lei complementar; decreto; resolução do Senado Federal; lei complementar.
- (D) resolução do Senado Federal; lei ordinária; resolução do Senado Federal; lei ordinária; lei ordinária.
- (E) lei complementar; resolução do Senado Federal; lei ordinária; lei complementar; lei ordinária.

49. De acordo com o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária
- (A) secundária não tem existência independentemente da obrigação tributária primária.
- (B) secundária, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação essencial de pagar penalidade pecuniária.
- (C) acessória tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade.
- (D) acessória decorre necessariamente de decreto.
- (E) acessória tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas na legislação tributária.



50. De acordo com o Código Tributário Nacional, no que se refere à sujeição passiva de obrigação tributária, pode-se asseverar que
- (A) são solidariamente obrigados os sujeitos passivos que tenham interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal.
  - (B) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação direta ou indireta com a situação que constitui o respectivo fato gerador.
  - (C) são solidariamente obrigados os sujeitos passivos expressamente designados pela legislação tributária.
  - (D) sujeito passivo de obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária.
  - (E) o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, revestindo ou não a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa da legislação tributária.
51. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, as finanças públicas serão reguladas por lei
- (A) ordinária estadual, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e em lei complementar estadual, sendo que as disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras federais, ressalvados os casos previstos em lei complementar federal.
  - (B) ordinária estadual, observados os princípios estabelecidos na referida Constituição Estadual e em lei complementar federal, sendo que as disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras controladas pelo Banco Central, ressalvados os casos previstos em ato do Poder Legislativo estadual.
  - (C) ordinária municipal, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e em lei complementar estadual, sendo que as disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras nacionais, ressalvados os casos previstos em lei ordinária estadual.
  - (D) complementar estadual, observados os princípios estabelecidos na referida Constituição Estadual e em lei complementar federal, sendo que as disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras federais ou estaduais, ressalvados os casos previstos em ato do Poder Legislativo estadual.
  - (E) complementar estadual, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e em lei complementar federal, sendo que as disponibilidades de caixa dos Municípios serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
52. Relativamente à Contabilidade Orçamentária e Financeira, disciplinada pela Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que
- (A) a dívida fluante compreenderá os restos a pagar, neles incluídos os serviços da dívida, sendo que o registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, sem necessidade de distinção entre as despesas processadas e as não processadas.
  - (B) essa contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada, excluída a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.
  - (C) todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.
  - (D) a dívida fluante compreenderá os serviços da dívida a pagar, mas não os débitos de tesouraria, sendo que o registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
  - (E) as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, poderão ser também objeto de registro, individualização e controle contábil, por deliberação do Tribunal de Contas dos Municípios.
53. De acordo com normas constitucionais que tratam de finanças públicas, cabe à lei complementar dispor sobre
- (A) finanças públicas; o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta; estabelecimento dos orçamentos anuais; o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
  - (B) emissão e resgate de títulos da dívida pública; estabelecimento do plano plurianual; compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional; estabelecimento das diretrizes orçamentárias; fiscalização financeira da Administração pública direta e indireta; operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades dos Municípios.
  - (C) finanças públicas; estabelecimento dos orçamentos anuais; dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público; estabelecimento das diretrizes orçamentárias; concessão de garantias pelas entidades públicas.
  - (D) emissão e resgate de títulos da dívida pública; estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta; fiscalização financeira da Administração pública direta e indireta; operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades dos Municípios.
  - (E) compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional; estabelecimento do plano plurianual; dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público; o estabelecimento das diretrizes orçamentárias; concessão de garantias pelas entidades públicas.



54. Com base no que dispõe a Constituição do Estado de Goiás a respeito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos Municípios do Estado de Goiás, considere:

- I. As contas anuais dos Municípios ficarão no recinto da Câmara Municipal durante 30 dias, semestralmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.
- II. A Câmara Municipal não julgará as contas, antes do parecer do Tribunal de Contas dos Municípios, nem antes de escoado o prazo para exame pelos contribuintes.
- III. As Contas da Câmara Municipal não integram, obrigatoriamente, as contas anuais do Município.
- IV. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional dos Municípios e das entidades de sua Administração direta, indireta e fundacional será exercida mediante controle externo da Assembleia Legislativa.
- V. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre as contas anuais do Prefeito.
- VI. O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete emitir o parecer prévio sobre as contas anuais do Município, no prazo de noventa dias contados a partir do recebimento das contas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e VI.
- (B) II e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e VI.

55. No tocante à despesa com pessoal, a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida também como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que

- (A) na verificação do atendimento do limite de despesa total com pessoal, no âmbito municipal, em cada período de apuração, não serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados, nem as relativas a incentivos à demissão voluntária.
- (B) para fins de atendimento de determinação contida na Constituição Federal, o total dessa despesa, relativamente aos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder 54% de sua receita corrente líquida.
- (C) na verificação do atendimento do limite de despesa total com pessoal, no âmbito municipal, em cada período de apuração, deverão ser computadas as despesas com inativos, ainda quando custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.
- (D) o total dessa despesa será apurado somando-se a realizada no trimestre em referência com a dos três trimestres imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- (E) a repartição do limite global de despesa com pessoal, na esfera municipal, em cada período de apuração, não poderá exceder 50% para o Poder Executivo.

56. De acordo com a disciplina atinente à execução orçamentária e ao cumprimento das metas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:

- I. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- II. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até 30 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Quando verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, ficam os Poderes Legislativos da União, dos Estados e dos Municípios autorizados a instituir contribuições de intervenção no domínio econômico, nas suas respectivas áreas de atuação, por prazo não superior a 6 meses.
- IV. Serão igualmente objeto de limitação, no limite e na proporção da receita não realizada, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e IV, apenas.

57. A Constituição do Estado de Goiás estabelece: *A comissão permanente a que a Câmara Municipal atribuir competência fiscalizadora, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, solicitará à autoridade municipal responsável que, no prazo de cinco dias úteis, preste os esclarecimentos necessários.*

Conforme a Constituição do Estado de Goiás, é correto afirmar ainda que

- (A) esgotado o prazo citado e não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas dos Municípios pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 15 dias úteis.
- (B) se for considerada irregular a despesa e a Comissão entender que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá, no prazo de 30 dias úteis, sua sustação ao Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) esgotado o prazo citado e não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao juiz da comarca pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 15 dias corridos.
- (D) se for considerada irregular a despesa e a Comissão entender que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá, no prazo de 30 dias úteis, sua sustação ao Tribunal de Contas dos Municípios.
- (E) esgotado o prazo citado e não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará à empresa de auditoria previamente indicada pela Câmara Municipal, pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 dias corridos.



58. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as Despesas Correntes se classificam em Despesas de Custeio e Transferências Correntes, e as Despesas de Capital em Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital classificam-se como
- (A) *Inversões Financeiras*, as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (B) *Transferências Correntes*, as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
- (C) *Investimentos*, dentre outras, as dotações destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- (D) *Despesas de Custeio*, as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- (E) *Transferências de Capital*, as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

59. Com base no que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 em termos de definições básicas relacionadas com a dívida e o endividamento das pessoas jurídicas de direito público interno, considere:

- I. Operação de crédito: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- II. Dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- III. Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- IV. Dívida pública consolidada ou fundada: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- V. Concessão de garantia: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e V.  
(B) IV e V.  
(C) I e III.  
(D) I e IV.  
(E) II e III.

60. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, em matéria de orçamento, considere que é

- I. vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- II. vedada a abertura de crédito extraordinário, exceto para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, observado o disposto na Constituição do Estado de Goiás.
- III. permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que incluídos no plano plurianual.
- IV. vedado o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- V. permitida a concessão ou utilização de créditos ilimitados, para programas específicos de financiamento, previstos expressamente em lei complementar estadual.
- VI. vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, sem previsão em lei complementar específica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.  
(B) I, IV e VI.  
(C) III, V e VI.  
(D) II, IV e V.  
(E) II, III e V.

#### Direito Urbanístico

61. O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV

- (A) substitui o Estudo de Impacto Ambiental – EIA no licenciamento de empreendimentos e atividades dentro da área urbana do município.
- (B) só será obrigatório para a obtenção de licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal para empreendimentos ou atividades públicas ou privadas expressamente definidas em lei municipal.
- (C) será executado de forma a contemplar os efeitos negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população, incluindo a análise da valorização imobiliária.
- (D) limita-se a analisar questões referentes ao adensamento populacional, uso e ocupação do solo, geração de tráfego e demanda por transporte público.
- (E) é obrigatório para obtenção das licenças e autorização para construção, ampliação ou funcionamento de qualquer empreendimento e atividade privada ou pública dentro do território do município.



<p>62. Em matéria urbanística, compete</p> <p>(A) ao Município promover, privativamente, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.</p> <p>(B) ao Município criar, organizar e suprimir distritos a seu exclusivo critério.</p> <p>(C) ao Estado elaborar os planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.</p> <p>(D) à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.</p> <p>(E) à União legislar, privativamente, sobre matéria de mobilidade urbana.</p>	<p>65. A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída por lei federal,</p> <p>(A) não inclui em suas disposições regramentos sobre o transporte privado coletivo e o transporte motorizado privado.</p> <p>(B) prevê a possibilidade de superávit entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário.</p> <p>(C) objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas áreas urbanas.</p> <p>(D) estabelece que o preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo deve cobrir os reais custos do serviço prestado pelo operador público ou privado, além da remuneração do prestador.</p> <p>(E) estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana para todos os municípios obrigados ou não à elaboração do Plano Diretor Municipal.</p>
<p>63. “O direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” considerando as garantias de direito das diretrizes gerais da política urbana, corresponde à definição da garantia</p> <p>(A) a cidades sustentáveis.</p> <p>(B) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.</p> <p>(C) de integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência.</p> <p>(D) à gestão democrática da cidade.</p> <p>(E) de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.</p>	<p>66. Segundo a Lei nº 10.257/2000, é garantida a participação democrática, de forma direta, dos cidadãos nos assuntos da cidade através de</p> <p>(A) iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.</p> <p>(B) referendo popular e plebiscito.</p> <p>(C) órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.</p> <p>(D) debates, audiências e consultas públicas.</p> <p>(E) conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.</p>
<p>64. Considere:</p> <p>I. A competência municipal para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, por relacionar-se com o direito urbanístico, está sujeita a normas federais e estaduais.</p> <p>II. É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional nº 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.</p> <p>III. Não viola o princípio da autonomia municipal disposição contida em Constituição Estadual que obrigue os Municípios com mais de cinco mil habitantes a instituir, por lei, o Plano Diretor.</p> <p>IV. Pode o Município estabelecer tributo pela chamada parcela do solo criado por representar remuneração ao Município pela construção praticada em volume superior ao permitido nos limites de um coeficiente único de aproveitamento do solo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>67. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano</p> <p>(A) podem ser impostos apenas ao proprietário de imóvel urbano não edificado.</p> <p>(B) substituem a aplicação do IPTU progressivo sobre o imóvel.</p> <p>(C) cabem em qualquer hipótese de descumprimento da função social da propriedade urbana.</p> <p>(D) dependem ainda de regulamentação por lei federal específica.</p> <p>(E) dependem de lei municipal específica impondo-os ao proprietário ainda que já incluída a área onde se situa o imóvel no plano diretor municipal.</p>



68. Considere:

- I. O Prefeito Municipal incorre em improbidade administrativa quando impedir ou deixar de garantir no processo de elaboração do Plano Diretor a promoção de audiências públicas e debates com a participação popular.
- II. A inclusão no Plano Diretor de área no território municipal sujeita ao parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública só é possível em Municípios com mais de 20 mil habitantes.
- III. O Plano Diretor sempre deverá conter identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.
- IV. As leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual devem incorporar as diretrizes e as prioridades contidas no Plano Diretor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

69. A propósito dos institutos jurídicos e políticos previstos como instrumentos da política urbana pelo Estatuto da Cidade,

- (A) os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados exclusivamente para regularização fundiária e execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
- (B) a transferência do direito de construir confere autorização ao proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- (C) o direito à usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecido ao herdeiro legítimo do possuidor, ainda que não resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
- (D) o direito de superfície abrange exclusivamente o direito de utilizar o solo e o espaço aéreo relativo ao terreno.
- (E) no exercício do direito de preempção o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada pelo terceiro interessado na compra, se este for inferior àquele, apenas na hipótese de alienação a terceiro processada em condições diversas da proposta.

70. Consiste numa das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade a

- (A) redução das desigualdades e promoção da inclusão social.
- (B) melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade.
- (C) gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.
- (D) gradativa gratuidade da tarifa para o usuário de transporte público.
- (E) prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.

#### Direito Civil e Processual Civil

71. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- (A) A lei nova, por ter efeitos imediatos, aplica-se como regra aos fatos anteriores.
- (B) A imutabilidade decorrente da coisa julgada material é princípio geral que não admite exceções.
- (C) Não pode haver retroatividade expressa em nenhuma hipótese ou situação jurídica.
- (D) Direito adquirido é o que já se incorporou em definitivo ao patrimônio e à personalidade de seu titular, só se podendo alterar tal situação jurídica por leis ou fatos posteriores.
- (E) A aplicabilidade geral e imediata da lei nova deve também respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

72. Quanto aos direitos da personalidade,

- (A) sua indisponibilidade é absoluta, por não serem passíveis de transmissão a nenhum título.
- (B) seu exercício, como regra, pode sofrer limitação voluntária, por ser personalíssimo.
- (C) são eles objeto de rol taxativo, limitando-se aos que foram expressamente mencionados e disciplinados constitucionalmente e no atual Código Civil.
- (D) embora sejam eles, em regra, personalíssimos, e portanto intransmissíveis, tem-se que a pretensão ou direito de exigir a sua reparação pecuniária, em caso de ofensa, quando já ajuizada ação, transmite-se aos sucessores do ofendido.
- (E) não são passíveis de penhora, seja quanto aos direitos em si, seja quanto a seus reflexos de ordem patrimonial, por não serem passíveis de cessão.

73. Considere a seguinte afirmação: "*a lei que permite o mais, permite o menos; a que proíbe o menos proíbe o mais*". São elas exemplos de interpretação legal

- (A) doutrinária.
- (B) lógico-sistemática.
- (C) autêntica ou legislativa.
- (D) sociológica ou teleológica.
- (E) gramatical ou literal.





<p>74. No tocante às fundações, considere:</p> <p>I. Constituem elas um acervo de bens, que recebe personalidade jurídica para a realização de fins determinados, de interesse público, de modo permanente e estável.</p> <p>II. Podem ser constituídas para fins científicos, educacionais ou de promoção do meio ambiente, mesmo que com fins lucrativos.</p> <p>III. Quando insuficientes para constitui-las, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.</p> <p>IV. Os fins ou objetivos da fundação não podem em princípio ser modificados, a não ser pela vontade unânime de seus dirigentes.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III e IV, apenas.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, II e IV, apenas.</p> <p>(D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I e III, apenas.</p>	<p>77. Considere os artigos da lei processual civil:</p> <p><i>Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais;</i></p> <p><i>e O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.</i></p> <p>Dizem respeito aos princípios, respectivamente,</p> <p>(A) da inércia e da inafastabilidade da jurisdição.</p> <p>(B) do impulso oficial e da persuasão racional.</p> <p>(C) da inércia e da congruência.</p> <p>(D) do impulso oficial e da iniciativa da parte.</p> <p>(E) da motivação das decisões judiciais e da adstrição.</p>
<p>75. Quanto aos bens</p> <p>(A) materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.</p> <p>(B) naturalmente divisíveis, podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.</p> <p>(C) imóveis, adquirem esta qualidade as energias que tenham valor econômico para os efeitos legais.</p> <p>(D) móveis ou imóveis, são fungíveis os que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.</p> <p>(E) imóveis, perdem este caráter as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.</p>	<p>78. Interesse processual e legitimidade para agir são</p> <p>(A) condições da ação e devem ser apreciadas de ofício pelo juiz, tratando-se de matérias de ordem pública a serem alegadas a qualquer tempo e grau de jurisdição.</p> <p>(B) prejudiciais de mérito, a serem arguidas pela parte ou aferíveis de ofício pelo juiz até a sentença.</p> <p>(C) pressupostos processuais, dependendo de provocação da parte para serem examinados pelo juiz, em primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(D) condições da ação e devem ser apreciadas de ofício pelo juiz, mas só podem ser levantadas em primeiro grau de jurisdição, após o que se tornam matéria preclusa.</p> <p>(E) pressupostos processuais, podendo ser aferidos de ofício pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição.</p>
<p>76. Morrinhos Futebol Clube é uma associação esportiva sem fins lucrativos, que decide, para aumentar seus ganhos, montar um restaurante em sua sede, aberto aos associados e familiares, bem como uma loja para vender camisas dos uniformes de seus jogadores, bolas e réplicas dos troféus conquistados. Essa conduta</p> <p>(A) não é possível, pois associações não podem ter fins econômicos, o que se caracterizaria em ambas as situações, só podendo a imagem da associação ser cedida onerosamente a terceiros.</p> <p>(B) é possível, mesmo com ganhos pessoais aos associados, pois associações podem ter os mesmos fins econômicos que uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.</p> <p>(C) é possível, desde que não haja ganhos pessoais aos associados, pois a realização eventual de negócios para manter ou aumentar o patrimônio da associação não a desnatura.</p> <p>(D) é possível somente em relação à venda de uniformes, bolas e troféus, pois a abertura de um restaurante, mesmo que sem ganhos pessoais aos associados, desnatura sua condição de associação, por não ter nexos com suas atividades esportivas.</p> <p>(E) é possível somente em relação à abertura do restaurante, desde que somente para os associados e familiares, pois a venda de uniformes, bolas e troféus, por ser livre à população em geral, tem fins lucrativos que a desnaturam enquanto associação.</p>	<p>79. O negócio jurídico simulado é</p> <p>(A) válido se posteriormente ratificado pelas partes interessadas.</p> <p>(B) nulo, sendo igualmente nulo o negócio dissimulado, pelo vício de origem.</p> <p>(C) nulo, mas é válido o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(D) anulável, mas válido o que se procurou dissimular, se válido for na essência e na forma.</p> <p>(E) ineficaz, por não ter potencial para gerar quaisquer consequências jurídicas.</p>
	<p>80. No tocante à interrupção da prescrição,</p> <p>(A) pode ser interrompida por despacho do juiz, desde que competente para o feito, que ordenar a citação, se o interessado a promover nos termos da lei processual.</p> <p>(B) havendo solidariedade entre devedores, atinge a todos, devedor principal e fiador.</p> <p>(C) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário, não prejudica os outros herdeiros ou devedores, em nenhuma hipótese.</p> <p>(D) só pode ser interrompida pelo credor.</p> <p>(E) quando operada por um dos credores solidários, não aproveita aos demais.</p>



<p>81. No tocante aos princípios, admissibilidade e efeitos dos recursos, está INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o rol dos recursos é taxativo, previsto necessariamente no ordenamento jurídico.</p> <p>(B) se recebido o recurso somente no efeito devolutivo, como regra será possível a execução provisória do julgado.</p> <p>(C) pelo princípio devolutivo, em regra podem ser invocadas, nos recursos, matérias que não tenham sido arguidas e discutidas anteriormente.</p> <p>(D) ao fundamentar seu recurso, entre outros pedidos, o recorrente poderá postular ou a anulação, ou a reforma da decisão, a fim de que seja substituída por outra.</p> <p>(E) salvo a exceção do agravo de instrumento, os recursos são interpostos perante o próprio órgão jurisdicional que proferiu a decisão, a fim de que seja feito um prévio juízo de admissibilidade recursal.</p>	<p>84. No que tange às modalidades de intervenção de terceiros,</p> <p>(A) o chamamento ao processo dá-se na única hipótese em que o réu fiador trouxer aos autos o devedor principal, para responder solidariamente aos termos da ação.</p> <p>(B) ocorrendo a intervenção de terceiros, será necessária a prolação de duas sentenças, uma julgando a lide principal, outra julgando a situação jurídica acessória que envolve o terceiro.</p> <p>(C) aquele que foi demandado e considere não ser o titular do direito controvertido, deverá utilizar-se da oposição para trazer aos autos a parte legítima no polo passivo.</p> <p>(D) dá-se a nomeação à autoria quando aquele que tiver a coisa em nome próprio, sendo-lhe demandada em nome alheio, trouxer ao processo a parte indigitada.</p> <p>(E) uma das hipóteses de denunciação da lide é a do proprietário ou possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.</p>
<p>82. Quanto aos pressupostos processuais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os pressupostos processuais são os requisitos a serem preenchidos para que o processo possa ter um desenvolvimento válido e regular.</p> <p>(B) Se as condições da ação foram preenchidas, estará prejudicada a análise dos pressupostos processuais, por perda de objeto.</p> <p>(C) Se o não preenchimento dos pressupostos processuais não for alegado pela parte, a matéria torna-se preclusa, não podendo ser reexaminada judicialmente.</p> <p>(D) Se os pressupostos processuais não forem preenchidos, a ação deverá ser julgada extinta com resolução do mérito.</p> <p>(E) Os pressupostos processuais constituem matéria de ordem dispositiva, devendo ser arguidas pela parte para que possam ser examinadas pelo juiz.</p>	<p>85. Quanto à ação e à jurisdição no direito processual civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) Preenchidas ou não as condições da ação, o juiz sempre deverá dizer quem tem razão, ao proferir uma sentença de procedência ou improcedência.</p> <p>(B) A jurisdição é inerte, precisando que o autor ou interessado tome a iniciativa de movimentá-la, o que se faz por meio do direito de ação, exercido contra o Estado, em face da parte adversa.</p> <p>(C) A jurisdição, entre nós, exercida por meio da ação, é um direito subjetivo privado exercido contra o adversário e coordenado pelo Estado.</p> <p>(D) A existência do direito de ação é condicionada à ocorrência do próprio direito material postulado.</p> <p>(E) Tanto o direito de acesso à justiça como o direito de ação em sentido estrito são incondicionados, devendo o juiz apreciar necessariamente o mérito da causa.</p>
<p>83. Em relação às fontes do direito processual, considere:</p> <p>I. No direito processual a fonte formal primária é a lei, bem como as súmulas vinculantes.</p> <p>II. Entre outras, são fontes formais acessórias a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.</p> <p>III. Entre as fontes não formais do direito, aponta-se a doutrina e, em regra, os precedentes jurisprudenciais.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Penal</b></p> <p>86. Pedro subtraiu bem móvel pertencente à Administração pública, valendo-se da facilidade propiciada pela condição de funcionário público. Pedro responderá pelo crime de peculato e não pelo delito de furto em decorrência do princípio da</p> <p>(A) subsidiariedade.</p> <p>(B) consunção.</p> <p>(C) especialidade.</p> <p>(D) progressão criminosa.</p> <p>(E) alternatividade.</p>



87. A respeito da aplicação da lei penal, considere:

- I. Aplica-se a lei brasileira a crimes praticados a bordo de embarcações brasileiras a serviço do governo brasileiro que se encontrem ancorados em portos estrangeiros.
- II. A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil para obrigar o condenado a reparar o dano independentemente de homologação.
- III. Consideram-se extensões do território brasileiro as embarcações brasileiras de propriedade privada em alto mar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

88. A consumação se dá nos crimes

- (A) de mera conduta, com a ocorrência do resultado naturalístico.
- (B) omissivos impróprios com a prática de conduta capaz de produzir o resultado naturalístico.
- (C) permanentes, no momento em que cessa a permanência.
- (D) omissivos próprios, com a simples omissão.
- (E) culposos, com a prática da conduta imprudente, imperita ou negligente.

89. A respeito das causas excludentes da culpabilidade, é correto afirmar que

- (A) o desconhecimento da lei nos crimes culposos isenta o agente de pena.
- (B) o erro invencível sobre a ilicitude do fato não isenta o réu de pena.
- (C) na coação moral irresistível o coator responde por dolo e o coacto por culpa.
- (D) as discriminantes putativas excluem a culpabilidade.
- (E) na obediência hierárquica é dispensável a existência de relação de direito público entre superior e subordinado.

90. Paulo, sócio administrador de agência de turismo, ofereceu uma viagem à Europa a Jack, agente fiscal de rendas, para determiná-lo a não autuá-lo por sonegação de tributo estadual. Jack aceitou a oferta, viajou e, quando voltou, foi até a empresa e lavrou auto de infração pela sonegação do referido tributo. Nesse caso,

- (A) Paulo responderá por corrupção ativa e Jack não responderá por nenhum delito por ter lavrado o auto de infração.
- (B) Jack responderá por corrupção passiva e Paulo por prevaricação.
- (C) Paulo responderá por corrupção ativa e Jack por prevaricação.
- (D) não há crime, porque o auto de infração foi lavrado, não tendo havido prejuízo para a Administração pública.
- (E) Jack responderá por corrupção passiva e Paulo por corrupção ativa.

### Direito Previdenciário

91. *Os solos dominantes no Estado de Goiás são os latossolos, os quais apresentam fertilidade natural baixa e média. Os podzólicos vermelho-amarelo, terra roxa estruturada, brunizém avermelhado e latossolo roxo, são os solos de alta fertilidade do estado e estão concentrados no mato grosso de goiás e nas regiões sul e sudoeste*

(<http://www.seplan.go.gov.br>)

Mario possui imóvel rural com solo fértil na cidade de Santa Helena de Goiás.

Em razão da fertilidade do solo, ele outorgou, por meio de contrato escrito de comodato, 40% de seu imóvel rural continuando, outorgante e outorgado, a exercer a atividade rural em regime de economia familiar.

Neste caso, de acordo com a Lei nº 8.212/1991, a respectiva outorga

- (A) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a área total do imóvel rural não seja superior a 4 módulos fiscais.
- (B) descaracteriza a condição de segurado especial, independentemente da área total do imóvel rural, uma vez que a respectiva lei permite a outorga de até 20% do imóvel.
- (C) não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a área total do imóvel rural não seja superior a 2 módulos fiscais.
- (D) não descaracteriza a condição de segurado especial, independentemente da área total do imóvel rural.
- (E) descaracteriza a condição de segurado especial, independentemente da área total do imóvel rural, uma vez que a respectiva lei não permite a outorga.

92. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 77/2010, considere:

- I. Servidor licenciado por interesse particular, mediante requerimento, nas condições definidas na referida Lei Complementar.
- II. Servidor cedido sem ônus para o cessionário, a poder, órgão ou entidade de outro ente federativo.
- III. Servidor cedido com ônus para o cessionário, a poder, órgão ou entidade de outro ente federativo.
- IV. Período de afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo, nas condições previstas em lei.

O servidor permanecerá filiado ao RPPS ou ao RPPM nas hipóteses indicadas em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



<p>93. O leilão X de bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal teve o resultado de R\$ 800.000,00. Neste caso,</p> <p>(A) R\$ 560.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.</p> <p>(B) R\$ 80.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.</p> <p>(C) R\$ 400.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.</p> <p>(D) R\$ 320.000,00 do resultado constituirá receita da Seguridade Social.</p> <p>(E) não há receita da Seguridade Social uma vez que o leilão foi realizado pelo Departamento da Receita Federal.</p>	<p>95. De acordo com a Lei nº 8.212/1991, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, sendo domiciliado no país estrangeiro e devidamente contratado, não estando coberto por regime próprio de previdência social e o Ministro de confissão religiosa</p> <p>(A) são considerados segurados obrigatórios da previdência social como empregados.</p> <p>(B) não são considerados segurados obrigatórios da previdência social.</p> <p>(C) são considerados segurados obrigatórios da previdência social como empregado e contribuinte individual, respectivamente.</p> <p>(D) são considerados segurados obrigatórios da previdência social como contribuinte individual e empregado, respectivamente.</p> <p>(E) são considerados segurados obrigatórios da previdência social como contribuintes individuais.</p>
<p>94. De acordo com a Lei nº 9.717/1998, no tocante à organização e ao funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, considere:</p> <p>I. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.</p> <p>II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.</p> <p>III. É expressamente vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária.</p> <p>IV. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) IV.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Legislação Estadual</b></p> <p>96. De acordo com a Lei Orgânica do TCM/GO, o recurso de revisão</p> <p>(A) não é mais permitido no âmbito administrativo, tratando-se de hipótese recursal substituída pela Reclamação.</p> <p>(B) poderá ser interposto pela parte, seus sucessores ou pelo Ministério Público, no prazo de 2 anos contados da intimação da decisão recorrida.</p> <p>(C) poderá ser interposto pela parte ou pelo Ministério Público no prazo de 30 dias da intimação da decisão recorrida.</p> <p>(D) poderá ser interposto pela parte ou pelo Ministério Público no prazo de 15 dias da intimação da decisão recorrida.</p> <p>(E) não é mais permitido no âmbito administrativo, tratando-se de hipótese recursal substituída pelo Recurso Ordinário.</p> <p>97. No tocante à organização do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, considere:</p> <p>I. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás é composto por sete conselheiros, sendo três escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa.</p> <p>II. Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor e o Ouvidor do Tribunal para mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição.</p> <p>III. Compete ao Presidente do Tribunal relatar os processos administrativos referentes a deveres dos servidores e Membros do Tribunal.</p> <p>IV. A antiguidade do Conselheiro será determinada na seguinte ordem: posse, nomeação e idade.</p> <p>De acordo com a Lei Orgânica do TCM/GO, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I e IV.</p>



98. De acordo com a Lei Estadual nº 13.251/1998, a Procuradoria Geral de Contas será dirigida pelo Procurador Geral de Contas, nomeado em Comissão mediante escolha dentre os integrantes do corpo de Procuradores de Contas, pelo
- (A) chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
  - (B) chefe do Poder Executivo, para mandato de um ano, vedada a recondução.
  - (C) chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
  - (D) Presidente do Tribunal, para mandato de um ano, permitida uma recondução.
  - (E) Presidente do Tribunal, para mandato de um ano, vedada a recondução.

99. Considere:

- I. Auxílio-funeral, a ser pago ao cônjuge sobrevivente ou aos dependentes do membro do Ministério Público, cuja importância será de 70% dos vencimentos ou proventos percebidos à data do óbito.
- II. Gratificação adicional por tempo de serviço equivalente a 1% para cada ano de serviço, incidente sobre o vencimento e a verba de representação.
- III. Adiantamento de 50% do décimo terceiro salário, por ocasião das férias, desde que requerida em conformidade com o ato do Procurador-Geral-de-Justiça.
- IV. Salário-família, diárias, ajuda de custo para despesas de transporte e mudança.

A Lei Complementar Estadual nº 25/1998, dispõe que serão outorgadas aos membros do Ministério Público as vantagens indicadas APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

100. Considere:

- I. Secretarias de Controle Externo, em número máximo de três.
- II. Superintendência da Escola de Contas.
- III. Diretoria de Planejamento e Implementação de Sistemas.
- IV. Superintendências de Gestão Técnica, em número mínimo de três.

De acordo com a Lei Estadual nº 13.251/1998, integram a estrutura do Tribunal de Contas dos Municípios, dentre outros, os indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.